

Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis

Cornelius Castoriadis' thought on psychoanalysis and policy

Marília Novais da Mata Machado*

marilianmm@terra.com.br

Resumo

Cornelius Castoriadis (1922-1997) engajou-se nestas duas práticas: psicanálise e política. Esse fato lhe permitiu teorizar a respeito delas, tendo como principal fundamento a noção de autonomia. Neste artigo, são brevemente revistas as reflexões de Castoriadis sobre psique, sociedade, psicanálise e política, buscando-se apontar como a autonomia vem a ocupar lugar central no pensamento desse autor.

Palavras-chaves

Autonomia; Psicanálise; Política; Imaginário social.

Abstract

Cornelius Castoriadis (1922-1997) dedicated his work to the practices of psychoanalysis and policy. This allowed him theorize on these subjects, using the notion of autonomy as the basis. This paper briefly reviews Castoriadis' ideas about the concepts of psyche, society, psychoanalysis and policy, trying to highlight how autonomy came to have a central role in his thinking.

Key-words

Autonomy; Psychoanalysis; Policy; Social imaginary.

* Pesquisadora visitante junto ao Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João del Rei – Lapip UFSJ, com bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.
Endereço: Rua Professor Júlio Mourão, 17/101
30380-340 Belo Horizonte MG

MACHADO, M.N. da M. (2002)
Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis. *Psicologia Política*, 2(4), 297-304.

Introdução

Castoriadis nasceu em Constantinopla. Descobriu a filosofia aos 13 anos. Estudou direito, economia e filosofia em Atenas, onde também militou nas Juventudes Comunistas. Crítico do autoritarismo do PC grego, durante a ocupação nazista aderiu ao trotskismo. Nessas primeiras atividades políticas encontrou a idéia de autonomia que, entretanto, só viria a ser objeto de sua reflexão filosófica nos anos 60.

Depois da Liberação, perseguido pelos comunistas do PC grego e malvisto pelos anticomunistas, Castoriadis emigrou para a França, onde chegou em 1945. No ano seguinte, com Claude Lefort, fundou o grupo “Socialismo ou Barbárie”, veículo da publicação, entre 1949 e 1965, de 40 números da revista com o mesmo nome. Foi no primeiro volume que Castoriadis registrou suas críticas à sociedade russa, ao stalinismo e à burocracia.

Profissionalmente, trabalhou como economista até 1970. Pertenceu aos quadros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE. Como filósofo e militante político, fez a crítica da economia marxista, argumentando que, tanto nessa teoria como no sistema capitalista, a identidade atribuída ao trabalhador – a de simples executante – é a mesma. Nos anos 50, abandonou o marxismo e buscou reconstruir o socialismo, apontando para a ação autônoma do proletariado e para a autogestão operária da produção. Datam desses anos seus trabalhos sobre o conteúdo do socialismo (1955, 1957), publicados em *Socialismo ou Barbárie* (1983).

A reflexão sobre a organização revolucionária e sobre o capitalismo moderno o levou, nos anos 60, às noções de imaginário instituinte e de instituição imaginária da sociedade. A irrupção dessas idéias lhe permitiu a crítica do marxismo em seu conjunto, visto por ele como atravessado pelo modo de pensar capitalista, tanto em suas problemáticas, quanto em sua teoria e ação revolucionárias (1975).

A partir de 1963, seus escritos foram sobretudo filosóficos. Falaram do imaginário social, da incessante e indeterminada criação social-histórica e psíquica de figuras, formas e imagens.

Em 1970, passou a ter nacionalidade francesa. A partir de 1973, trabalhou profissionalmente como psicanalista. Continuou sempre com a indagação filosófica: autonomia, psicanálise, política e imaginário eram seus constantes objetos de estudo.

A psique

Castoriadis trouxe também contribuições específicas para o conteúdo da psicanálise. Por exemplo, em homenagem a Piera Aulagner, escreveu *A construção do mundo na psicose*, onde argumentou que a psicose não é orgânica, mas criação de pensamentos

delirantes que contradizem o discurso do conjunto, isto é, as significações sociais instituídas. Esses pensamentos fazem sentido para o sujeito, ainda que sejam, para ele, fonte de sofrimento. O conteúdo do delírio é a construção do mundo da psicose (1999b).

O texto exemplifica o que Castoriadis entende por psique: fluxo de representações, ligadas a uma multiplicidade de outras representações psíquicas, capazes de auto-atividade construtiva, de criar um mundo, de instituir algo, imaginariamente.

Segundo ele, a capacidade de criar o próprio mundo caracteriza todo ser vivo. O que diferencia o ser humano dos outros viventes é a imaginação radical, que, além de ter a capacidade de fazer ser o que não é no mundo simplesmente físico, de se representar à sua própria maneira, é constantemente criadora, fluxo espontâneo e incontrolável de representações, de afetos e de desejos, liberado de sua finalidade biológica (cf. 1999d: 162).

O ser humano, inicialmente uma mônada psíquica fechada em si mesma, onipotente, ao interiorizar (ou introjetar) as significações imaginárias sociais (SIS) – elas próprias criações social-históricas –, é pouco a pouco socializado. Vai resguardar sempre a ambivalência dos afetos inconscientes – amor e ódio – em relação aos objetos psíquicos primordiais, o que é um exemplo de que a psique nunca é inteiramente socializada, mas, sob as pressões das instituições sociais, vai sendo dominada, parte dela renuncia à onipotência e reconhece o outro. O indivíduo torna-se social, interioriza a totalidade da instituição de sua sociedade e as significações imaginárias que a organizam. Em troca, a sociedade lhe oferece um sentido para a sua vida e, quase sempre, para a sua morte (cf. 1992b:162).

Se transformados em fragmentos da sociedade instituída, os indivíduos passam a viver e a pensar na conformidade e na repetição, muitas vezes de forma bastante rígida; ficam à margem da atividade instituinte da sociedade; alimentam-se apenas do imaginário instituído; nunca interrogam o fundamento de suas crenças e das leis que os regem. Evidentemente, podem romper esse fechamento, libertar do recalque a imaginação radical. É essa capacidade que diferencia o ser humano – a de poder ser autônomo, livre do fechamento cognitivo, afetivo e desejante no qual o simples vivente permanece aprisionado (cf. 1999d: 163).

A sociedade

De seu lado, a sociedade também pode viver ou não no fechamento de suas significações imaginárias sociais (SIS), mantendo-se rigidamente estruturada, reprimindo ou ocultando seu imaginário radical instituinte.

De fato, cada sociedade é auto-criação: cria suas significações, suas formas

institucionais e suas leis. Cada uma é resultado da capacidade da coletividade anônima, ou seja, do imaginário social instituinte, de criar linguagem, costumes, idéias, formas de família etc. (cf. 1992b:159). Cada uma é, nesse sentido, social-histórica.

Depois de criadas, as instituições sociais aparecem como dadas. Podem se tornar fixas, rígidas, sagradas, fábricas de indivíduos conformes, cujas representações psíquicas, afetos e intenções repetem as significações sociais instituídas. As sociedades arcaicas foram assim, heterônimas. Não apenas elas: *“Quase em toda parte, as sociedades praticamente sempre viveram na heteronomia instituída”* (cf. 1992: 138). Mas podem romper esse fechamento das suas significações imaginárias sociais. A criação da filosofia e da democracia na Grécia Antiga é um exemplo de ruptura instituinte, com questionamento explícito das instituições, enfraquecimento da heteronomia social e criação de outro tipo de ser, portador de subjetividade reflexiva e deliberante.

É assim a sociedade autônoma, fruto do poder instituinte da coletividade anônima, sociedade que *“(...) não somente sabe explicitamente que criou suas leis, mas que se instituiu de maneira a liberar o seu imaginário radical e a ser capaz de alterar as suas instituições, graças à sua própria atividade coletiva, reflexiva e deliberativa”* (cf. 1992b:159). Ela se auto-instituiu explícita e lucidamente, embora nunca de forma total, pois o pensamento herdado e as significações instituídas sempre estão presentes. É formada por indivíduos autônomos.

Mas, como indivíduos são primordialmente encarnações de instituições heterônimas introjetadas, que práxis permitirá romper, então, com a heteronomia e alcançar a autonomia da sociedade, só atingível por meio da autonomia de seus membros? Reciprocamente, que modalidades do fazer humano vão levar à autonomia dos indivíduos, o que só é possível numa sociedade autônoma? Aqui entram a psicanálise e a política.

Psicanálise

Para Freud, de acordo com Castoriadis, que o teve como *“(...) o maior psicólogo de todos os tempos”* (1987a:32), a psicanálise seria não apenas a pesquisa da realidade psíquica centrada na dimensão inconsciente, mas também a atividade de dois sujeitos visando, por meio da exploração dessa realidade, a chegar a certa modificação de um dos sujeitos, o que corresponderia ao fim da análise.

Castoriadis (cf. 1992b:154-162) modifica à sua maneira a definição. Para ele, a psicanálise é uma atividade prático-poética, isto é, criadora, na qual dois participantes são agentes. Ele esclarece:

“A finalidade do processo psicanalítico já está inscrita em seus ‘meios’ e suas ‘modalidades’: nada de consolo ou de ‘psicoterapia’, nada de conselhos ou de intervenções na realidade, mas

ênfase nas associações e sonhos do paciente, a fim de que o fluxo psíquico inconsciente possa vir à tona, intervenções interpretativas do psicanalista, devendo, progressivamente, dar lugar à auto-atividade reflexiva e refletida do paciente”. (Castoriadis, 1999d:166)

A psicanálise tem como objetivo instaurar uma outra relação entre o sujeito reflexivo e o seu inconsciente (ou imaginação radical), o sujeito retornando sobre si mesmo e sobre as condições de seu funcionamento, interrogando-se sobre seus conteúdos particulares, seus pressupostos e fundamentos. O recalque, então, daria lugar à reflexão; a inibição, a fuga ou o agir compulsivos cederiam espaço à deliberação lúcida.

A psicanálise também tem como objetivo o estabelecimento de uma outra relação entre as instâncias psíquicas, o Eu recebendo e admitindo conteúdos inconscientes, reconhecendo e aceitando que seus desejos nucleares, originários, nunca poderão ser realizados e que não há verdades sagradas.

O êxito ou o fim da análise corresponde à auto-alteração do agente principal, o analisando, e ao aparecimento de um outro ser de subjetividade reflexiva e deliberativa, sujeito capaz de fazer e formular um projeto aberto para a sua vida e trabalhar nesse projeto. Assim, o fim da análise é consubstancial com o projeto de autonomia no nível do ser humano singular.

Ao outro agente, o analista, não cabe eliminar conflito psíquico nem ensinar o sentido da vida, mas auxiliar o paciente no processo de emergência da subjetividade autônoma e ajudá-lo a criar, inventar ou dar um sentido à sua vida.

Política

A política, para Castoriadis, não é diferente. Segundo ele, tal qual os gregos a criaram, a política teria sido o questionamento explícito da instituição estabelecida da sociedade (cf. 1992:135) e, junto à filosofia, “(...) a primeira emergência histórica do projeto de autonomia coletiva e individual” (p.138).

A política é, pois, para ele, projeto – sempre germe instituinte, interrogação das significações imaginárias da sociedade (SIS) instituída visando a outro tipo de sociedade, outro tipo de indivíduo. Além disso, ela é projeto de autonomia, ou seja, de “(...) atividade coletiva refletida e lúcida, visando à instituição global da sociedade como tal” (cf. 1992: 145).

Os objetivos da política são, segundo Castoriadis:

“(...) a instauração de outro tipo de relação entre a sociedade instituída e instituinte, entre as leis dadas a cada vez e a capacidade reflexiva e deliberativa do corpo político; (...) a liberação da criatividade coletiva, permitindo formar projetos coletivos para empreendimentos coletivos e trabalhar neles” (1992b:160)

“(…) a criação de instituições que, interiorizadas pelos indivíduos, facilitem ao máximo seu acesso à autonomia individual e à possibilidade de participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade. (01992:148; 1999:69)

Psicanálise e política têm este projeto comum: a autonomia. Tanto uma como outra encontram limites. A psicanálise enfrenta a questão das instituições existentes na sociedade. O Eu, em grande parte fabricação social, é construído para funcionar nas instituições existentes, para preservá-las e reproduzi-las. A política visa ao acesso à autonomia de seres humanos que, o tempo todo, interiorizam e absorvem as instituições existentes.

Mas, vimos, a psique não é inteiramente domável e uma sociedade nunca é inteiramente heterônima. Indivíduos e coletividades são dotados da capacidade de fazer emergir o imaginário radical instituinte. A prática de uma “política de autonomia, a saber, democrática”, pode se valer disso. Ela consistiria em *“(…) ajudar a coletividade a criar as instituições cuja interiorização pelos indivíduos não limita, mas amplia a sua capacidade de se tornarem autônomos” (1992b:61).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTORIADIS, Cornelius. (1982) *A instituição imaginária da sociedade*. (Guy Reynaud Trad.); (pp. 418). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1983) *Socialismo ou barbárie: O conteúdo do socialismo*. (Milton Meira do Nascimento e Maria das Graças de Souza Nascimento, Trad.) (pp. 306). São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1987a) Epilegômenos a uma teoria da alma que se pode apresentar como ciência. In: *As encruzilhadas do labirinto / 1*. (Carmen Sylva Guedes e Rosa Maria Boaventura, Trad.) (pp. 31-69). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987b) A psicanálise, projeto e elucidação. In: *As encruzilhadas do labirinto / 1*. . (Carmen Sylva Guedes e Rosa Maria Boaventura, Trad.); (pp. 70-131). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987c) Psicanálise e sociedade I. In: *As encruzilhadas do labirinto / 2. Os domínios do homem*. (José Oscar de Almeida Marques, Trad.) (pp. 39-53). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987d) Psicanálise e sociedade II. In: *As encruzilhadas do labirinto / 2. Os domínios do homem*. (José Oscar de Almeida Marques, Trad.) (pp. 95-107). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1987-1992) Poder, política, autonomia. In: *O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto / 3*. x (Rosa Maria Boaventura, Trad.). (pp. 121-150). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1987)
- _____. (1987-1992b) Psicanálise e política. In: *O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto / 3*. (Rosa Maria Boaventura, Trad.) (pp. 151-164). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1999) *Feito e a ser feito. As encruzilhadas do labirinto V*. (Lílian do Valle, Trad.) (pp.302). Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- _____. (1999b) A construção do mundo na psicose. In: *Feito e a ser feito. As encruzilhadas do labirinto V*. x (Lílian do Valle, Trad.) (pp. 117-131). Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- _____. (1999c) Paixão e conhecimento. In: *Feito e a ser feito. As encruzilhadas do labirinto V*. (Lílian do Valle, Trad.) (pp. 133-151). Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- _____. (1999d) Psicanálise e filosofia. In: *Feito e a ser feito. As encruzilhadas do labirinto V*. (Lílian do Valle, Trad.) (pp. 153-167). Rio de Janeiro: DP&A Editora.

• Recebido em 02 de junho de 2002

• Aprovado para publicação em 05 de outubro de 2002.